



Oficiais das Forças Armadas participam da homenagem ao Dia do Marinheiro

MP de 2001, sobre soldo de militares, vai a votação

Em sessão do Congresso Nacional para celebrar o Dia do Marinheiro, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou ontem que colocará em votação na próxima sessão conjunta a MP 2.215, de 2001, que trata da remuneração de membros das Forças Armadas. Por ter sido editada antes da Emenda Constitucional 32, também de 2001, a MP continua em vigor até que seja votada pelo Congresso. Participaram da homenagem, além de senadores e deputados, representantes da Marinha, Exército e Aeronáutica. **5**

Falta consenso sobre grau de autonomia do Banco Central

O secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Joaquim Levy, e o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Luiz Eduardo Gonzaga Belluzzo não chegaram a consenso sobre o grau de autonomia do Banco Central. Os dois foram ouvidos em audiên-

cia na Comissão de Justiça. Para Levy, é importante definir o tempo de mandato, a independência política da instituição e a prestação regular de contas. Belluzzo recomenda que o Copom seja ampliado com a inclusão de representantes de segmentos da economia. **4 e 5**

Plenário deve limpar a pauta na próxima semana

Líderes partidários marcam esforço concentrado, a partir do dia 16, para votar várias matérias, entre elas a medida provisória de combate à crise e o projeto que cria o Fundo Soberano

O líder do governo, Romero Jucá, anunciou acordo partidário para que o Senado realize, na próxima semana, esforço concentrado para votar a MP 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a

adquirirem participação em instituições financeiras. Também pode ser examinado o projeto que cria o Fundo Soberano e o que substitui a MP 446/08, que tratava da certificação de entidades filantrópicas. **3**



Garibaldi Alves (E) preside reunião com representantes de partidos sobre as matérias a serem colocadas em votação

Aprovado limite à meia-entrada

A Comissão de Educação aprovou o projeto que limita a meia-entrada a 40% dos ingressos de

cinemas, espetáculos artísticos e eventos esportivos. A decisão foi terminativa, mas o senador

Inácio Arruda, contrário à cota, anunciou que recorrerá ao Plenário. **8**

Calote do Equador teria efeito danoso, adverte Amorim

Brasil não seria o único país a sofrer os efeitos de eventual calote do Equador à dívida de US\$ 243 milhões junto ao BNDES, segundo o ministro das Relações Exteriores. **6**

Governadores querem volta da Sudeco este ano

Declaração foi feita em audiência pública e tem apoio dos senadores. Recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste já foi aprovada pelo Senado. **4**



Cristovam Buarque (E) preside reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que votou projeto sobre preço reduzido da entrada a estudantes e idosos

O Plenário do Senado atendeu solicitação da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Penal, que pediu tempo para ouvir a sociedade

Juristas terão prazo maior para elaborar projeto de CPP

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves Filho, acolheu o pedido de prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Penal (CPP). O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido, presidente da comissão de juristas, esclareceu o motivo do pedido.

– O que ponderamos com o presidente é que o pensamento da comissão está definido. Mas é necessário um passo que a própria natureza do código exige, que são as audiências públicas e o recebimento de sugestões.

Garibaldi observou que gostaria de apresentar um novo

projeto de CPP ainda durante o seu mandato como presidente do Senado. No entanto, afirmou compreender a necessidade da prorrogação, por reconhecer que a produção do novo CPP é “um trabalho exaustivo”. O presidente enfatizou ainda que a atividade da comissão terá a aprovação dos meios jurídicos, bem como da sociedade.

– Apesar de eu ser apenas bacharel em Direito, tenho idéia do que isso significa para todos. Entendemos e vamos esperar por esses próximos meses. Peço que mantenham esse redobrado interesse – disse Garibaldi.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), que solicitou a instalação da comissão, encaminhou

ao Plenário o pedido de prorrogação, que foi acolhido pelos senadores no fim da tarde.

Defensores

Ao abrir ontem a reunião da comissão de juristas, o ministro do STJ Hamilton Carvalhido, comunicou que a Associação Nacional dos Defensores Públicos da União (ANDPU) solicitou ingresso no grupo. O texto final do anteprojeto do CPP será colocado em consulta pública e, após exame e aprovação dos senadores, será transformado em projeto de código. A sociedade também pode oferecer contribuições pelo *site* www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.



Garibaldi recebe o senador Renato Casagrande, o ministro do STJ Hamilton Carvalhido e membros da comissão de juristas

Marisa quer intensificar combate às drogas



Para Marisa Serrano, já é hora de o Brasil atacar o problema

O Brasil precisa aperfeiçoar a legislação e as ações de combate ao tráfico de drogas. Essa é a opinião da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

– O problema é sério e precisamos atacá-lo pensando no futuro, porque, entre os jovens do nosso país, a questão já adquire uma feição trágica – disse.

Ela afirmou ainda que, em março de 2009, a Organização das Nações Unidas (ONU) começará a debater uma nova política internacional de combate às drogas. Na opinião da senadora, já está na hora de o Brasil também discutir esse assunto.

Santa Catarina

Marisa Serrano também prestou solidariedade à população

de Santa Catarina atingida pelas recentes enchentes. Segundo a senadora, os estragos poderiam ter sido menores se os governantes “tivessem feito a sua parte”.

– O investimento em prevenção nos anos anteriores chegou a ser igual a zero – assinalou.

A senadora acredita que os gastos dos governos federal, estadual e municipais com a reconstrução de cidades destruídas por enchentes seriam menores se a administração pública “tivesse feito todas as obras de prevenção a desastres”.

Camata critica cartilha para usuários



Camata: dinheiro público não pode ser usado para ensinar a usar drogas

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) criticou em Plenário a edição, pelo Ministério da Saúde, da cartilha “O álcool e ou-

tras drogas alteram seus sentidos, mas não afetam seus direitos no serviço de saúde”. A publicação contém orientações para o consumo de maconha, crack, cocaína e ecstasy.

– Vou requerer ao Tribunal de Contas da União que informe se é lícito usar dinheiro público para ensinar a usar cocaína, crack, maconha – informou Camata.

De acordo com reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, disse o senador, a cartilha ensina

ao usuário de maconha que ele deve sempre “andar com um vidro de colírio”; ao de cocaína, sugere-se o uso de canudo de plástico em vez de cédula de dinheiro para aspirar o pó; enquanto o usuário de crack é aconselhado a alimentar-se e beber muita água após consumir a droga.

Camata lamentou que a cartilha não traga nenhuma advertência de que o uso de drogas é prejudicial à saúde ou que financia o tráfico e a violência.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por MP

Às 14h a sessão é deliberativa, com pauta trancada pelo PLV 30/08, oriundo da MP 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem instituições financeiras. A hora do expediente é dedicada aos 50 anos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais.

Garibaldi vai à posse do novo presidente do TCU

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 10h, da posse dos ministros Ubiratan Diniz de Aguiar e Benjamim Zymler nos cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Às 11h, realiza reunião da Mesa diretora. Às 14h, dirige a hora do expediente, que homenageará a PUC-MG pelos seus 50 anos; e, em seguida, às 16h, preside a ordem do dia.

CCT discute mais transparência nas licitações

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa 30 itens, entre eles 24 projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Ainda na pauta proposta que obriga a administração pública a divulgar dados atualizados sobre processos de licitação (PLC 88/08). A reunião começa às 8h45.

Prevenção da Aids em Angola na agenda da CAS

Às 10h, audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate o projeto Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da Aids, implantado em 2002, em Angola, pelo infectologista brasileiro David Uip. Ele e o especialista em Neurologia Clínica Rogério Tuma estão convidados.

Comissão analisa relatório final do Orçamento 2009

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reuniões deliberativas às 10h, 14h e 17h, para discussão do relatório final ao projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009 (PL 38/08-CN).

Quatro indicações de embaixadores na CRE

Reunião às 10h da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para a votação de quatro indicações para o cargo de embaixador: Everton Vieira Vargas, para a Alemanha; José Viegas Filho, para Itália, San Marino e Albânia; Arnaldo Carrilho, para a Coreia; o atual embaixador do Brasil no Vaticano, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, para Malta.

Novo livro de Câmara Cascudo

Às 18h30, na Biblioteca do Senado, será lançado o livro *A casa de Cunhaú*, de Câmara Cascudo, e o vídeo *Doutor Cascudinho: um provinciano universal*. Os eventos integram a programação do Ano Cultural Artur da Távola do Senado.

Infra-Estrutura vota Sistema Nacional de Viação

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) faz reunião às 14h para votar o projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Viação, com normas e diretrizes para a rede viária do país. Logo após, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, fala sobre a atuação da agência.

Código Brasileiro de Aeronáutica em debate na CDH

Às 10h a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa o projeto do Código Brasileiro de Aeronáutica, que prevê penalidade para o excesso de reservas em aviões, e a proposta que define normas para acessibilidade de pessoas com deficiência em hotéis e similares. Às 14h30, audiência pública debate a interrupção dos tratamentos regulares da hemofilia.

Segue discussão do Regimento Interno

Reunião, às 14h30, da comissão temporária interna encarregada de apresentar projeto para reforma do Regimento Interno do Senado.

Fim da taxa mínima de energia elétrica

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar, em reunião marcada para as 10h, 27 itens, entre eles projeto prevendo que apenas a energia efetivamente consumida seja cobrada e proibindo a taxa mínima. Também em análise, proposta que determina a inspeção de cargas como forma de combate ao crime.

Raupp: apoio ao Sistema de Crédito Cooperativo

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou ontem a aprovação do projeto de lei do Senado (PLS 293/99-Complementar) que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, de iniciativa de Gerson Camata (PMDB-ES). Depois de tramitar por quase dez anos, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos em reunião no último dia 2.

A derradeira contribuição ao aprimoramento do projeto foi dada por representantes das cooperativas e órgãos do governo. Agora, a proposta está pronta para ser lida e apreciada pelo Plenário.

– Na condição de líder do PMDB nesta Casa, devo anunciar meu integral apoio ao projeto, bem como meu pessoal empenho para que a matéria seja incluída na pauta e deliberada até a conclusão deste ano legislativo – disse o senador.

Raupp ressaltou que o projeto representa uma mudança substantiva em questões relevantes da vida cooperativa, sobretudo por acabar com as restrições que, historicamente, vêm impedindo a ampliação da oferta de crédito no setor.

O parlamentar de Rondônia referiu-se ainda à necessidade de se tornar impositivo o Orçamento aprovado anualmente pelo Congresso, a exemplo do que defendeu em discurso anterior o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Valter Pereira critica proposta de reforma tributária

Valter Pereira (PMDB-MS) citou a importância de uma reforma tributária no país, mas criticou o texto da proposta apresentada pelo Executivo, em tramitação na Câmara. Para ele, a proposição não reduz a carga tributária, objetivo final dos que a defendem, e ainda retira dos estados o poder de legislar sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

– O Brasil tem lugar de destaque no ranking de maiores cobradores de imposto do mundo, e infelizmente a reforma não traz uma proposta para mudar essa liderança – lamentou.

Valter Pereira explicou que a matéria unifica quatro impostos (PIS/Pasep, Cofins e contribuição para o salário-educação) para criar o Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F), mas ainda “deixa outros 70”.



Projeto do governo não reduz a carga de impostos, afirma Valter Pereira

Segundo Romero Jucá, deverão ser votadas logo, entre outras propostas, mais uma MP contra efeitos da crise financeira, o Fundo Soberano e o projeto sobre as filantrópicas



Reunidos com Garibaldi Alves Filho, líderes partidários definem matérias que serão votadas pelo Plenário ainda este ano

Senado realizará na próxima semana esforço concentrado

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem, após reunião dos líderes partidários, que a Casa fará um esforço concentrado na próxima semana para a votação de diversas matérias, entre elas a Medida Provisória 443/08 e o projeto que cria o Fundo Soberano (PLC 164/08). Esta semana, apenas as mensagens do Executivo com indicações para cargos em órgãos públicos deverão ser analisadas pelos senadores, informou Jucá, ressaltando que a proposta do Orçamento da União para 2009 poderá ser votada no dia 17 em sessão conjunta do Congresso.

Em entrevista à imprensa, o senador disse que, em relação à MP, há “questionamentos pontuais” da oposição quanto à participação da Caixa Econômica Federal em sociedades com empresas de construção civil. Transformada em projeto de lei de conversão pela Câmara, a medida autoriza o Banco

do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. A proposta, que deverá ser votada no dia 16, tem como relator-revisor Valter Pereira (PMDB-MS), que já negocia alterações ao texto.

Romero Jucá observou que há muitos detalhes a serem analisados e que provavelmente serão feitas modificações no Senado.

– Vamos discutir. Não há dificuldades de mexer e voltar para a Câmara. A MP só perde a validade em fevereiro – lembrou.

Em relação ao Fundo Soberano, o senador disse que existe a possibilidade de levar a discussão da proposta para o Plenário, tão logo seja votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que está previsto para hoje. O projeto do Executivo, já aprovado pela Câmara, cria um mecanismo para enfrentar os efeitos da atual

crise financeira internacional. A matéria é relatada na CCJ por Aloizio Mercadante (PT-SP).

De acordo com o líder do governo, ainda no dia 16 deverá ser examinada a MP 444/08, que autorizou o governo a doar arroz, leite em pó e sementes para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, para atender às populações desses países afetadas por fenômenos climáticos de grandes proporções. A proposta passa a trancar a pauta no dia 15.

Filantrópicas

Também deverá ser votado na próxima semana projeto apresentado por Jucá em substituição à MP 446/08, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. A MP foi devolvida ao Executivo pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, no último dia 19, após o início da discussão da matéria.

Casa vive “seus próprios impasses”, diz Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou ontem que a instituição vive “os seus próprios impasses”, ao ser questionado pela imprensa por que a Casa não conseguiu votar determinadas matérias de repercussão na sociedade, a exemplo das seis propostas de emenda constitucional que reduzem a maioria penal de 18 para 16 anos. As matérias aguardam inclusão na ordem do dia.

– Essa é uma das matérias que vão deixar de ser votadas. Teremos ainda uma chance na próxima semana com um esforço concentrado. Vou continuar tentando para ver se

alcançamos matérias prontas para entrarem na ordem do dia. Mas, individualmente, ninguém é culpado. O problema é que a instituição às vezes vive os seus impasses – explicou.

A redução da maioria penal tem gerado longas discussões no Senado. Em abril de 2007, a Comissão de Constituição e Justiça acolheu substitutivo do relator das propostas, Demostenes Torres (DEM-GO).

O substitutivo estabelece que menores de 18 anos e maiores de 16 anos só poderão ser imputáveis ou responsáveis se, à época da ação criminosa, apresentavam “plena capacidade” de entender o caráter ilícito do

ato. Se condenados, cumpririam pena em local distinto dos presos maiores de 18 anos.

Túnel

A assessoria de imprensa da Presidência do Senado confirmou ontem o cancelamento da licitação para a construção de um túnel que ligaria o Palácio do Congresso à calçada em frente ao Palácio do Planalto.

Questionado pelos jornalistas pouco antes do anúncio do cancelamento da licitação da obra, Garibaldi Alves disse que esperava tomar uma decisão sobre o assunto de forma “ponderada, estudada, refletida, não na base do factóide e do deboche”.

Mozarildo critica MPs e critério para liberar emendas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem existirem dois fenômenos que colocam o Parlamento brasileiro refém do Poder Executivo: o excesso de medidas provisórias (MPs) e a falta de critérios para liberação de emendas parlamentares individuais ao Orçamento da União.

O senador exemplificou as dificuldades produzidas pelas MPs citando a pauta de votações do Plenário nesta semana: são 48 itens, entre eles uma medida provisória (MP 444/08) e um projeto de lei de conversão (PLV 30/08, oriundo da MP 443/08). O PLV já está trancando a pauta e a MP obstruirá os trabalhos a partir do dia 15.

– Câmara e Senado, portanto o Parlamento brasileiro, ficam reféns do Executivo, ficam a reboque das decisões do presidente da República e de seus ministros, como se vivêssemos no Império, em que o imperador decide e o Congresso ou só chancela ou, então, nem ao menos pode examinar as proposições legislativas.

Emendas

Mozarildo comentou a matéria “Aberta a temporada de chantagem”, publicada no jornal *Correio Braziliense* em 4 de dezembro, segundo a qual existe uma “farrá de emendas” nos finais de ano e que parlamentares estariam pressionando o governo pela sua liberação.

– Quer dizer: são os parlamentares que estão chantageando o governo ou é o governo que está chantageando os parlamentares? – indagou.

Segundo ele, emendas apresentadas ao Orçamento em benefício de uma universidade federal no estado do parlamentar, de uma universidade estadual ou de pequenas prefeituras de um estado pobre não são liberadas se o autor delas faz oposição ao governo.

Mozarildo advertiu que pode entrar com ação no Ministério Público Federal frente a essa “afronta aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.



Segundo Mozarildo, o Parlamento é refém do Poder Executivo

Embaixadas e CVM têm nomes aprovados

O Plenário aprovou ontem o nome do advogado Otávio Yazbek para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A indicação (MSF 216/08) foi aprovada por 29 votos a favor e 16 contrários.

Também foi acolhida a indicação (MSF 183/08) de Ruy de Lima Casaes e Silva para chefiar a representação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA). Houve 37 votos a favor e 10 contrários.

Já a indicação (MSF 206/08) de Paulo Cesar de Oliveira Campos para o cargo cumulativo de embaixador na Espanha e no Principado de Andorra recebeu 47 votos favoráveis, 7 contrários e 1 abstenção.



Na audiência, Silval Barbosa (E), Lúcia Vânia e José Roberto Arruda

Centro-Oeste se une pela recriação urgente da Sudeco

Governadores dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e do Distrito Federal, junto com senadores e deputados federais da região, irão lutar para que a Presidência da Câmara dos Deputados coloque em votação ainda este ano o projeto, de autoria do Poder Executivo, que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990 (PLC 119/06-Complementar). A ideia é garantir que o órgão passe a receber, já em 2009, recursos orçamentários destinados a financiar projetos em infra-estrutura, bem como ações e serviços prioritários à região.

A decisão foi anunciada durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que contou com a presença dos governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda; de Goiás, Alcides Rodrigues; e de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, além de Silval Barbosa, governador em exercício de Mato Grosso. Todos, com apoio dos senadores presentes à reunião, fizeram coro na defesa da imediata aprovação da recriação da Sudeco, a fim de que a região possa crescer, prosperar e gerar empregos.

A audiência pública foi convocada para debater a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (FDRCO), já previsto no substitutivo que a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou ao projeto que recria a Sudeco, como relatora da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A principal missão do FDRCO é destinar recursos para a melhoria

de toda a infra-estrutura. A proposta de recriação do órgão foi aprovada na semana passada pelo Plenário do Senado. Agora está na Câmara, aguardando votação.

BRB

Durante a audiência pública, o governador José Roberto Arruda sugeriu que o atual Banco de Brasília (BRB), que funciona no âmbito do governo do Distrito Federal, seja transformado na primeira agência de fomento para administrar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste. Com isso, observou Arruda, o novo banco seria instalado de imediato, com economia de tempo e de dinheiro.

O senador Valtir Pereira (PMDB-MS) concordou com a proposta e recordou que já havia defendido a transformação do BRB na primeira agência de fomento do FDRCO. Gilberto Goellner (DEM-MT) lembrou que a nova Sudeco irá proporcionar pleno desenvolvimento e reduzir o desequilíbrio regional e social. Serys Slhessarenko (PT-MT), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Jayme Campos (DEM-MT) também enalteciam a recriação da Sudeco.

Lúcia Vânia voltou a defender a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCCO), que seria destinado a gerenciar a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Segundo Lúcia Vânia, o Ministério da Fazenda insiste na necessidade de fixação de um prazo de 20 anos para que o estoque de recursos do FCO – constituído de R\$ 9,5 bilhões – permaneça sob os cuidados do Banco do Brasil.



Senadores pedem votação de projeto que recria superintendência

Joaquim Levy afirma que é necessário definir independência política da instituição. Belluzzo defende mandatos da diretoria com tempo determinado e um prazo maior para quarentena

Debatedores divergem sobre autonomia do BC

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou ontem a primeira de duas audiências públicas destinadas a debater as propostas de autonomia e de reestruturação do Banco Central, além da implementação de alterações no Sistema Financeiro Nacional (SFN). As propostas são de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e têm como relator o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Os economistas Luiz Eduardo Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Joaquim Ferreira Levy, secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e ex-diretor do BC, divergiram quanto ao grau de independência da instituição, mas concordaram que o banco, por ser um órgão público, deve prestar contas de suas ações.

Joaquim Levy afirmou que existe uma tendência mundial para a independência dos bancos centrais, que no Brasil começou com a redemocratização. Baseado nos modelos americano e de países europeus, o secretário listou uma série de características que considera importantes para estabelecimento da autonomia do BC, como decidir quem nomeia, demite, manda e estabelece as metas. Além disso, ele assinalou que é preciso definir o tempo de mandato, a independência política da instituição e a prestação de contas regular. Levy disse considerar essa última questão mais importante que a participação de parlamentares no Conselho de Política Monetária (Copom).

Belluzzo discordou de alguns pontos e recomendou que o Copom seja ampliado com a inclusão de



Marco Maciel, entre Joaquim Levy (E) e Luiz Gonzaga Belluzzo, preside debate na CCJ

representantes de vários segmentos da economia, a exemplo do Federal Reserve – o equivalente

norte-americano ao Banco Central do Brasil. Ele também afirmou que a prestação de contas aos Poderes

eleitos é extremamente importante para a transparência do processo e que não é uma premissa aceitável que a indicação do presidente do BC não seja política.

Na avaliação do economista, a atual autonomia operacional do órgão deveria ser mantida, pois seria a fórmula mais adequada para a definição da política monetária numa democracia moderna. Para Belluzzo, não é possível separar a política de preços da política financeira, como fez o Federal Reserve. Ele ainda defendeu mandato com tempo determinado e um prazo maior para a quarentena.

Aprimoramento

Por sua vez, Arthur Virgílio explicou que os projetos (PLS 72/07 e PLS 102/07) em debate não são uma ideia pronta e acabada. Ele

assinalou que a demora no trâmite das propostas é uma "lentidão aparente", pois esconde a sabedoria de torná-las uma obra de muitas pessoas e não apenas de uma.

– Estamos no meio do caminho. Ainda não é o caminho definitivo. O passo à frente é a autonomia do Banco Central – afirmou.

Aloizio Mercadante (PT-SP) assinalou que o debate central deveria se concentrar na discussão de um novo marco regulatório para o sistema financeiro internacional, que contemple o aumento da regulação e da fiscalização, além do maior poder de intervenção do Estado.

O relator, senador Antonio Carlos

Antonio Carlos Júnior aponta resistência em áreas do governo

Antonio Carlos Júnior disse na audiência pública, que, embora a concessão de autonomia legal ao Banco Central para gerir a política de juros ainda enfrente forte resistência em diversas áreas do governo, o Congresso Nacional já está consciente da importância dessa medida. A audiência foi realizada por sugestão do senador, relator no colegiado do PLS 72/07, que formaliza a autonomia da instituição.

– A autonomia concedida informalmente, como vem ocorrendo nos últimos tempos, pode ser retirada a qualquer momento. Por isso, fixar essa medida em lei é uma garantia contra eventuais interferências que os governos possam desejar fazer, com perda de credibilidade para o BC, aumento das incertezas dos investidores e redução do crescimento econômico.

Conforme o projeto, de autoria de Arthur Virgílio, o presidente e os diretores do BC seriam nomeados pelo presidente da República, depois de terem seus nomes aprovados pelo Senado, para mandatos de quatro anos, admitindo-se a recondução. Eles só perderiam seus mandatos por renúncia ou se demitidos, desde que o ato seja devidamente justificado e aprovado pelo Senado.

É também de Arthur Virgílio o PLS 102/07, que reorganiza o Sistema Financeiro Nacional. Antonio Carlos Júnior apresentou em julho substitutivo em que consolida esse projeto e o que se refere ao BC em um único texto, mantendo a ideia original de autonomia operacional.

– A medida é uma forma de blindar o Banco Central e garantir que, a mé-



Antonio Carlos Júnior: "Congresso está consciente da importância da medida"

dio e longo prazo, a instituição tenha um peso maior no controle da inflação e sobre a própria taxa de juros, que, certamente, tenderá a ser menor quando se elimina o componente de incerteza associado a dúvidas sobre a condução independente da política monetária – argumenta.

O substitutivo mantém o número atual de membros da diretoria do BC – o presidente e oito diretores. O primeiro mandato seria de dois anos para três diretores, de três anos para três diretores e de quatro anos para dois diretores e o presidente. O objetivo da medida é garantir que parte da diretoria seja renovada durante o mandato de quatro anos do presidente da instituição.

Por entender que a autonomia exige que os mandatos do presidente da República e da diretoria do BC não sejam coincidentes, o relator acrescentou ao projeto regra no sentido de que os mandatos da primeira diretoria após a aprovação da lei terminem durante o andamento da legislatura federal seguinte.

Falta de acordo impede votação da MP de ajuda a SC

Por falta de acordo entre a base governista e a oposição, a votação da Medida Provisória 448/08 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), que deveria ter ocorrido ontem, foi transferida para o Plenário da Câmara dos Deputados, em razão de ter expirado o prazo para apreciação da MP na CMO.

A medida abre crédito extraor-

dinário de R\$ 1,6 bilhão para que vários órgãos do Executivo possam desenvolver ações de ajuda ao estado de Santa Catarina, assolado por enchentes e deslizamentos que mataram 117 pessoas e expulsaram mais de 78 mil de seus lares em municípios localizados no vale do Itajaí, segundo a Defesa Civil do estado. O texto prevê também o uso dos recursos em outras unidades da

Federação.

A impossibilidade de votação da matéria na CMO ficou definida quando a base governista decidiu não aceitar várias emendas apresentadas por parlamentares da bancada de Santa Catarina, as quais tinham o objetivo de garantir a aplicação da maior parcela dos R\$ 1,6 bilhão da MP exclusivamente naquele estado. Do modo como a proposta original

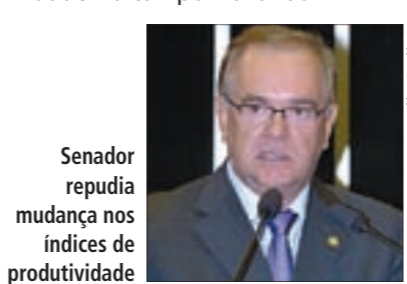
veio do Executivo, ficou aberta a possibilidade de que mais de 50% dos recursos possam ser direcionados a outros estados.

As verbas foram distribuídas entre a Secretaria Especial de Portos, vinculada à Presidência da República, o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e o Ministério da Defesa.

Goellner critica revisão dos índices agropecuários

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) criticou ontem a proposta do governo federal de rever os índices de produtividade agrícola usados para determinar que propriedades rurais podem ser desapropriadas para reforma agrária. Para ele, a exigência "não se coaduna mais com o momento capitalista que vive o Brasil".

– Entendo que, num momento como este, de crise e incertezas, o governo quer revisar os índices é uma atitude ultrapassada e demagógica, fora da realidade, que só contribui para aumentar a instabilidade no campo – avaliou.



Senador repudia mudança nos índices de produtividade

Osmar anuncia apoio do PDT a Tião Viana

O líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), anunciou ontem que seu partido apoiará a candidatura de Tião Viana (PT-AC) à Presidência da Casa, em fevereiro do próximo ano. A decisão foi baseada na expectativa de que o PDT continuará a ocupar espaço importante no andamento dos trabalhos parlamentares.

– Queremos espaço para atuar. Nós não podemos ter importância

no momento de darmos os nossos cinco votos e depois sermos esquecidos na hora de relatar projetos importantes, inclusive para o nosso programa – disse.

Osmar Dias reivindicou ainda para seu partido a presidência de uma comissão e um lugar na Mesa da Casa, depois de agradecer ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, por prestigiar e valorizar o PDT.

Mesquita defende candidatura do PMDB

Mesquita Júnior (PMDB-AC) explicou ontem por que defende a indicação, pelo seu partido, de candidato à Presidência do Senado. Ele argumentou que, se um senador do PT for eleito presidente da

Casa, haverá uma concentração

de poderes desse partido, o mesquite popular de evitar que um só partido concentrasse poderes.

Mundo ainda não eliminou genocídios, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu artigo da ex-presidente da Irlanda e alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson, e do arcebispo emérito da Cidade do Cabo e prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, para lembrar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O senador lamentou que a visão de liberdade individual, proteção social, oportuni-

dade econômica e deveres com a comunidade ainda não tenha se realizado.

– Genocídios estão acontecendo, desta vez no Sudão. Uma agenda de segurança, realçada a partir dos atentados aos Estados Unidos, em 2001, incluiu tentativas de legitimar o uso da "extradição extraordinária", o movimento de prisioneiros e suspeitos entre países sem o processo jurídico de praxe, e a tortura – assinalou.

Garibaldi vai colocar em votação MP editada em 2001

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, colocará em votação, na próxima sessão conjunta do Congresso Nacional, a medida provisória (MP 2.215/01) que trata da remuneração das Forças Armadas. A afirmação foi feita na sessão solene em comemoração ao Dia do Marinheiro, celebrada em 13 de dezembro.

O apelo para que Garibaldi colocasse a MP em votação partiu do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), ao lembrar, em pronunciamento, que a matéria aguarda análise há oito anos.

– Já pedi para localizar e trazer a medida provisória. Vou procurar colocá-la em pauta na próxima reunião conjunta, para atender a esse pedido – respondeu Garibaldi.

Em pronunciamento da tribuna, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou ter sido ele o relator da MP.

– Essa matéria é muito importante para os militares, para dar dignidade àqueles que escolheram essa carreira por vocação – ressaltou Tuma.

A tramitação da MP está de acordo com o artigo 2º da Emenda Constitucional 32, de 11 de setembro de 2001, segundo a qual "as medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

Também discursaram os deputados Colbert Martins (PMDB-BA), Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) e Jô Moraes (PCdoB-MG).

Fizeram parte da mesa, juntamente com o presidente do Congresso, senador Garibaldi Alves, os comandantes da Marinha, almirante-de-esquadra Júlio Soares de Moura Neto; do Exército, general-de-exército Enzo Martins Perri; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito.

Além deles, o chefe do Estado-Maior da Marinha, almirante-de-esquadra João Afonso Prado Maia de Faria, o senador Augusto Botelho e o deputado Rodrigo Rollemberg.

O Hino Nacional, que abriu a homenagem, e o Hino da Marinha do Brasil – intitulado *Cisne Branco* –, que encerrou, foram executados pela Banda de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

Os parlamentares, em seus pronunciamentos, também cobraram a liberação de recursos para que a Marinha possa se aparelhar e financiar projetos impor-

tações para a população brasileira.

Augusto Botelho (PT-RR), autor, pelo Senado, do requerimento para a sessão, lembrou que, para continuar atuando em diversas áreas, a Marinha brasileira precisa receber mais recursos do Orçamento.

– Estou informado de que, nos últimos dez anos, o orçamento da Marinha tem ficado aquém do que é preciso, o que impossibilita um ótimo funcionamento, preparo e aparelhamento das diversas áreas onde atua – declarou o senador.

Comércio

Já o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), autor do requerimento para a realização da sessão pela Câmara, lembrou que mais de 90% do comércio externo brasileiro, atividade que envolve mais de US\$ 100 bilhões por ano, é feito por via marítima.

– É inquestionável a importância da atividade marítima como fator fundamental para o desenvolvimento do nosso país – destacou o deputado pelo

Distrito Federal.

Também discursaram os deputados Colbert Martins (PMDB-BA), Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) e Jô Moraes (PCdoB-MG).

Fizeram parte da mesa, juntamente com o presidente do Congresso, senador Garibaldi Alves, os comandantes da Marinha, almirante-de-esquadra Júlio Soares de Moura Neto; do Exército, general-de-exército Enzo Martins Perri; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito.

Além deles, o chefe do Estado-Maior da Marinha, almirante-de-esquadra João Afonso Prado Maia de Faria, o senador Augusto Botelho e o deputado Rodrigo Rollemberg.

O Hino Nacional, que abriu a homenagem, e o Hino da Marinha do Brasil – intitulado *Cisne Branco* –, que encerrou, foram executados pela Banda de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

Os parlamentares, em seus pronunciamentos, também cobraram a liberação de recursos para que a Marinha possa se aparelhar e financiar projetos impor-



Representantes das Forças Armadas celebram o Dia do Marinheiro

Ministro das Relações Exteriores, ouvido ontem por senadores da CRE, lembra que empréstimo foi firmado sob as regras do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos

Calote do Equador afetaria toda a região, diz Amorim

O POSSÍVEL NÃO-PAGAMENTO, pelo governo do Equador, de dívida contraída junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção da usina hidrelétrica de San Francisco produzirá um "efeito muito danoso" não só para o Brasil, mas para toda a região. A advertência foi feita ontem pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O ministro recordou que o empréstimo foi firmado sob as regras do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), câmara de compensação na qual se realiza, a cada quatro meses, um encontro de contas de créditos e débitos dos países signatários.

– O risco dos países da América do Sul é considerado alto. O que torna o risco administrável é o CCR. Se acontecer um *default*, haverá um impacto muito ruim sobre a região.

Em 20 de novembro, recordou Amorim, o presidente do Equador, Rafael Correa, anunciou a decisão de recorrer à Câmara Internacional do Comércio, em Paris, contra o pagamento do empréstimo, sob os argumentos de que está havendo cobrança de juros sobre juros e de que parte dos produtos não teria sido proveniente do Brasil.



Heráclito (C) preside audiência com Armando Carvalho e Celso Amorim

Aloizio Mercadante (PT-SP) advertiu para o fato de se questionar uma operação realizada sob as regras do CCR. Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse estar "estupefato" com a atitude do Equador, que "fechará mais portas do que abrirá" com a atitude.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), o Itamaraty deveria analisar a possibilidade de existência de "movimento orquestrado" para prejudicar o Brasil. A mesma preocupação foi mencionada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Ao responder a Eduardo Suplicy (PT-SP), Amorim lembrou não existir nenhum outro questionamento de dívida contraída junto ao Brasil. Romeu Tuma (PTB-SP) observou que o Brasil passou a ser "a esperança dos países da região". Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e César Borges (PR-BA) pediram informações sobre a evolução de financia-

mentos do BNDES a países da região.

Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CRE, quis saber se, sob as normas da Aladi, um país teria como deixar de pagar empréstimo feito de acordo com as regras do CCR.

Itaipu

Na mesma reunião, Celso Amorim declarou que não aceitará a proposta do governo do Paraguai de transferir aos tesouros nacionais dos dois países a dívida de US\$ 19,6 bilhões da empresa Itaipu Binacional. A proposta foi anunciada ontem em matéria do jornal *O Globo*.

– A proposta não pode ser aceita. Não consideramos que a dívida seja espúria e nem que a soberania energética do Paraguai só existirá quando esse país puder vender a sua parte da energia de Itaipu a terceiros – afirmou o ministro.



Banco autoriza obras no exterior sem concorrência, afirma senador

Há vários tipos de obras na relação em análise pelo TCU: o gasoduto de San Martín, na Argentina; um aqueduto na República Dominicana; uma hidrelétrica e um metrô na Venezuela; e um metrô no Chile, entre outros.

João Pedro espera decisão do STF em favor de área contínua

João Pedro (PT-AM) registrou em Plenário sua expectativa de que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida pela homologação de forma contínua do território da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Hoje, a corte julga se a demarcação deve ser contínua ou "em ilhas". O senador afirmou que acompanhará o julgamento.

– Espero sair do STF orgulhoso e registrar a vitória dos povos indígenas do Brasil e de Roraima – declarou.

João Pedro disse esperar que, em sua decisão, o Supremo consiga "olhar o Brasil com sua diversidade cultural e com um profundo respeito para com as etnias que resistem na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana", já que gerará repercussão, desdobração e diretrizes para a homologação de terras indígenas em todo o país. A região tem 18 mil índios, divididos nas etnias makuxi, taurepang, patamona, ingaricó e wapichana.

O senador explicou que o debate acerca da demarcação da área vem ocorrendo desde 1917, quando o governo do Amazonas editou lei destinando terras à ocupação e usufruto dos índios makuxis e jaricunas. Essa demarcação teve início em 1919 e se prolonga desde então.

Augusto quer fim de demarcação contínua de reserva em Roraima

Augusto Botelho (PT-RR) fez um apelo aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para que revejam a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Na avaliação do senador, a demarcação, como está sendo proposta, não atende aos interesses do estado.

– Espero que o STF decida que a União não poderá mais chegar ao estado, pegar um pedaço da área e definir: "Essa vai ser reserva indígena". As decisões devem passar pelas assembleias estaduais, por Senado e Câmara. O povo precisa opinar.

Augusto observou que a de-



João Pedro informa que assistirá a julgamento do mandato de segurança

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) – autor de mandato de segurança que questiona a demarcação – criticou o fato de a área da reserva ter sido ampliada por mudanças feitas com base em estudos de antropólogos até atingir os atuais 1,750 milhão de hectares. João Pedro defendeu os antropólogos, "que merecem reconhecimento e respeito".

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), também apartando, disse que índios não integrantes do Conselho Indigenista de Roraima nunca são ouvidos.

Declararam apoio à demarcação contínua da área Marina Silva (PT-AC), Paulo Paim (PT-RS) – lembrando que a data da decisão do STF coincide com os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – e José Nery (PSOL-PA).



Augusto Botelho pede que Supremo reveja limites da área indígena

marcação contínua compromete quase 70% da área de seu estado, o que, disse, transforma Roraima em um "estado virtual, que só existe no papel".

Alvaro denuncia corrupção com empréstimos do BNDES

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que, a pretexto de financiar empresas brasileiras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem autorizado a realização de obras no exterior sem concorrência pública. Em razão disso, apontou, um "festival de propinas" vem beneficiando a burocracia dos países responsáveis pelas operações de crédito.

Além de comprometer recursos de um banco público, o governo brasileiro estaria, na opinião de Alvaro Dias, contra-

riando acordo que celebrou com outros países para o combate à corrupção internacional.

O parlamentar lembrou que, em decorrência de requerimento aprovado pelo Senado, o Tribunal de Contas da União (TCU) está realizando auditoria nos empréstimos celebrados pelo BNDES. A relação parcial das operações indica 53 contratos, no valor de US\$ 3.355.623. Quatro deles são com a Argentina; sete, com a República Dominicana; quatro, com a Venezuela; três, com o Chile; um, com o Equador; e 31, com Angola.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Papaléo Paes • Geraldo Mesquita Júnior • Romeu Tuma • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Jayme e Rosalba aplaudem pólos de desenvolvimento



Rosalba Ciarlini



Jayme Campos

Os senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) manifestaram sua satisfação com a aprovação de 19 projetos autorizativos de 46 zonas de processamento de exportação, em reunião, ontem, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os dois disseram considerar a aprovação um importante passo para o desenvolvimento

de várias regiões.

Jayme Campos mencionou as autorizações para ZPEs nos municípios mato-grossenses de Alta Floresta, Sinope, Várzea Grande e Barra do Garças e no município sul-mato-grossense de Ponta Porã.

– Nós poderemos acabar com esses desequilíbrios inter-regionais que há no Brasil: grandes índices de prosperidade em alguns estados e regiões paupérrimas – afirmou Jayme Campos.

Rosalba Ciarlini assinalou a aprovação do que ela chamou de “ZPE do sertão”, localizada no município de Açu (RN), projeto que está mobilizando fortemente a comunidade.

– Temos a esperança de criar mais um pólo para o desenvolvimento, para a geração de renda, para as oportunidades, para mostrar a vocação da nossa gente, do nosso povo – disse a senadora potiguar.

Zambiasi quer ZPEs nas áreas de fronteira do Brasil



Sérgio Zambiasi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu ontem a instalação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) nas fronteiras brasileiras. O senador afirmou que essas zonas

são uma forma de se contrapor às vantagens comerciais favoráveis às áreas de livre comércio nos países de fronteira, notadamente na fronteira gaúcha com a Argentina e o Uruguai. Ele também enfatizou o papel dessas zonas para gerar empregos e evitar a migração para os grandes centros.

O senador lembrou que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou 46 projetos relativos à criação de ZPEs. Entre eles, quatro beneficiam cidades do Rio Grande do Sul. Desses, dois, de sua autoria, permitem ZPEs em Uruguaiana e Santana do Livramento. A primeira, afirmou, é talvez o maior porto seco da América Latina, e a segunda faz fronteira com Rivera, no Uruguai, onde há um *free shop*.

Propostas de senadores servem como sugestão para que se implantem zonas de processamento de exportação, ato de competência do Poder Executivo

CAE aprova projetos que autorizam criação de 46 ZPEs

UM CONJUNTO DE projetos de lei que criam 46 zonas de processamento de exportação (ZPEs) em várias partes do país foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Como a aprovação ocorreu em decisão terminativa, essas propostas – todas de autoria de senadores – serão enviadas, caso não haja recurso, para análise da Câmara dos Deputados.

Tanto o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), como o senador que relatou as matérias nessa comissão, Eliseu Resende (DEM-MG), fizeram a ressalva de que os projetos têm caráter autorizativo e, portanto, cabe ao Executivo a decisão quanto à criação ou não das ZPEs.

O parlamentar disse, porém, que o fato de as propostas

serem autorizativas “não significa que sejam inócuas”. Eliseu Resende lembrou que “o efeito jurídico da lei autorizativa é o de propor ao Poder Executivo a prática de ato de sua competência [do Executivo]”.

– Assim, todos os projetos de lei sobre zonas de processamento de exportação devem ser entendidos como sugestão ou mesmo indicação ao Executivo

quiser, mas, se for contra, não criará nenhuma. Jayme Campos salientou que já se passaram quase 20 anos desde que se começou a propor a instituição das ZPEs, mas ainda não se vê nenhuma funcionando de fato.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que os projetos de lei funcionam apenas como indicação política.



Eliseu Resende (D) relata matéria ao lado de Mercadante

Márcio Kalume

– argumentou Eliseu Resende.

Apreensão

Os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jayme Campos (DEM-MT) manifestaram apreensão quanto ao caráter autorizativo dessas matérias. Cícero Lucena observou que, da forma como está a legislação, se o presidente da República for a favor das ZPEs, instituirá quantas

Transferido à CCJ exame de pendência do Paraná

O litígio entre a União e o estado do Paraná relacionado a multas impostas a essa unidade federativa pela suspensão de pagamentos de títulos incorporados aos ativos do Tesouro estadual voltou a ser debatido pela Comissão de Assuntos Econômicos. Na reunião de ontem, os integrantes do colegiado optaram por remeter à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para prévia decisão sobre sua constitucionalidade, projeto de resolução (PRS 24/08) de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) destinado a corrigir dispositivos de resolução do Senado (47/07) que determinou a suspensão das multas cobradas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Na resolução vigente, um dos parágrafos prevê ainda que o débito originário dos títulos públicos em questão seja assumido pela União.

Empréstimo de US\$ 120 mi para o Acre

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou também empréstimo de US\$ 120 milhões para o governo do Acre. Os recursos, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), irão financiar parcialmente o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (Proacre). O projeto vai agora ao exame do Plenário.

Ao defender o financiamento, que terá a garantia do governo brasileiro, Marina Silva (PT-AC) disse que os recursos serão aplicados em áreas como educação, saúde e desenvolvimento comunitário. Ainda segundo a parlamentar, o governo do Acre vem buscando ampliar a oferta dos serviços de saúde e a inclusão digital no estado. O relator da proposição foi Eduardo Suplicy (PT-SP).

Serviço de energia elétrica em RO recebe críticas

Exedito Júnior (PR-RO) pediu mais atenção do poder público em relação a problemas de fornecimento de energia elétrica no estado de Rondônia. De acordo com senador, as populações ribeirinhas dos distritos de Calama e Demarcação reclamam da má qualidade na prestação desses serviços. Ele solicitou providências da companhia Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), que é comandada pela Eletrobrás.

O senador ainda elogiou o governador de Rondônia, Ivo Cassol, pelos projetos de pavimentação asfáltica que estão sendo desenvolvidos no estado. Exedito também cobrou celeridade da Câmara dos Deputados na apreciação da Proposta de Emenda à Constituição 87/03, de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia.



Exedito Júnior

Osmar: preço dos combustíveis prejudica o país

Osmar Dias (PDT-PR) protestou contra o alto preço dos combustíveis, que, segundo ele, prejudica o crescimento do país, especialmente neste momento de crise financeira internacional. O senador argumentou que, se há três meses o preço do barril de petróleo era de US\$ 144, ou R\$ 236, hoje, mesmo com o dólar valendo mais, o barril de petróleo fica em torno de R\$ 100 – menos da metade, portanto.

O parlamentar acrescentou que a Petrobras deve ter um lucro de R\$ 40 bilhões em 2008.

– Esse dinheiro está saindo do consumidor brasileiro, que está pagando muito caro pelo combustível. Se houve uma queda de preços em sua matéria-prima, ou seja, no petróleo, por que não temos uma queda no preço dos combustíveis: na gasolina, no óleo diesel? – perguntou Osmar Dias.



Osmar Dias

Homenagens a Villas-Bôas Corrêa e Hélio Fernandes

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, prestou homenagem aos jornalistas Villas-Bôas Corrêa e Hélio Fernandes. O senador lamentou a interrupção das atividades do jornal *Tribuna da Imprensa*, fundado por Carlos Lacerda em dezembro de 1949 no Rio de Janeiro. Em 2 de dezembro último, o periódico anunciou a interrupção de sua versão impressa, devido a problemas econômicos.

– O jornal *Tribuna da Imprensa* deixou de circular, lamentavelmente, há alguns dias. Espero que a suspensão da circulação do jornal seja por pouco tempo. Só quem tem a perder é o Brasil, somos nós, que queremos que o trabalho da imprensa não sofra constrangimento – disse.

De acordo com Garibaldi, o diretor da *Tribuna da Imprensa*, jornalista Hélio Fernandes, denunciou o “cerceamento das atividades do jornal” e o “sufoco financeiro”.

– Hélio deu à *Tribuna da Imprensa* o vigor e o entusiasmo de toda a sua vida. Eu lamento profundamente que isso esteja acontecendo

O presidente do Senado destacou ainda a trajetória do jornalista Villas-Bôas Corrêa, homenageado ontem pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) por seus 60 anos de carreira. Para Garibaldi, Villas-Bôas é outro jornalista que merece homenagem da sociedade.



Gerálido Magela

Para Mão Santa, jornal tem bela história de luta contra ditaduras

Mão Santa lamenta fim da *Tribuna da Imprensa*

Mão Santa (PMDB-PI) lamentou o fim do jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro. O senador destacou a “beleza histórica” do periódico, que “surgiu para acabar com a ditadura [de Getúlio] Vargas e enfrentou a [ditadura] militar”. Lembrou o atentado sofrido pelo jornal em 1981, durante o regime militar. De acordo com ele, o Judiciário demora a decidir sobre o pagamento de uma indenização do governo pelos danos sofridos. Mão Santa criticou o governador do Rio de Janeiro, o ex-senador Sérgio Cabral, de seu partido, por “permitir essa ignomínia”.

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que fosse transcrita nos Anais do Senado entrevista concedida por Hélio Fernandes ao jornal *Zero Hora*, na qual ele diz que, caso recebesse a indenização, a *Tribuna da Imprensa* teria recursos para voltar à normalidade.

Marisa Serrano afirma que a fixação de limite de ingressos para estudantes e idosos em cinemas, espetáculos e eventos esportivos resultará na redução dos preços. Inácio Arruda anuncia que recorrerá da decisão ao Plenário

Paim defende benefício a aluno de escola pública

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 180/08) que estabelece uma reserva de 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para alunos que tiverem cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas.

Para o senador, a aprovação desse projeto é uma forma de valorizar a diversidade da população brasileira e buscar a integração daqueles que tiveram menos oportunidades.

De acordo com o PLC 180/08, que se encontra na Comissão de Justiça, metade das vagas reservadas a alunos de escolas públicas deverá ser ocupada por estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* inferior a um e meio salário mínimo.

Dentro das cotas para alunos da rede pública também será reservado um percentual a negros, pardos e indígenas.



Proposta busca a integração dos que tiveram menos oportunidade, diz Paim

Papaléo cobra maior apoio à população idosa

O Brasil precisa readaptar as políticas sociais à nova distribuição da população, que não se concentrará mais nas camadas jovens, alertou ontem, da tribuna, Papaléo Paes (PSDB-AP). Ele comentou dados do IBGE segundo os quais, no ano de 2050, existirão 5 milhões de homens e 17 milhões de mulheres com mais de 80 anos no país.

Nesse ambiente, completou o senador, torna-se cada vez mais importante que os parlamentares apoiem as iniciativas da Subcomissão Permanente do Idoso, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH). A subcomissão fará em 2009 uma série de audiências em vários municípios brasileiros coletando informações e sugestões para garantir a aplicação e a fiscalização das leis em prol desse segmento, como o Estatuto do Idoso, e, assim, conceder efetivamente a proteção devida.



Papaléo pede atenção para iniciativas de subcomissão permanente da CDH

Libras poderá ser incluída no ensino infantil

A Comissão de Educação aprovou em turno suplementar e decisão terminativa o substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR) ao projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação infantil e no ensino fundamental.

O texto prevê que a disciplina de Libras será incluída na parte diversificada do currículo, prioritariamente na educação infantil e nos dois primeiros anos do ensino fundamental. Segundo a proposta, o ensino da Língua Brasileira de Sinais será inserido facultativamente a partir da sexta série do ensino fundamental "conforme as possibilidades e demandas das escolas".

De acordo com o projeto, será incluído obrigatoriamente na parte diversificada do currículo "o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição".

Cristovam observa na justificativa da proposta que o Decreto 5.626/05, que regulamenta a Libras, já estabelece que a matéria deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas, dos sistemas federal, estadual e municipal.

Arquivos digitais

Também foi aprovado projeto (PLS 111/08) de Flávio Arns determinando que o poder público coloque à disposição dos cidadãos com deficiência visual o conteúdo de livros didáticos, científicos, técnicos e literários em portal na internet.

Emenda do relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), estabelece que os arquivos serão utilizados exclusivamente no portal público. A proposta proíbe cópias impressas dos textos ou qualquer alteração do seu conteúdo. A iniciativa será submetida ainda a votação da Comissão de Assuntos Sociais.



Iniciativa de Cristovam recebeu decisão terminativa na CE



Na CE, artistas, produtores culturais e estudantes (*no fundo*) acompanham a discussão do projeto pelos senadores

Comissão mantém a cota de 40% para meia-entrada

A PROPOSTA QUE limita a meia-entrada a 40% do número de ingressos de cinemas, espetáculos artísticos e eventos esportivos foi aprovada ontem, em turno suplementar e decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O benefício é concedido a estudantes e idosos. O colegiado acolheu emenda da relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), delegando às organizações dos estudantes a expedição da carteira estudantil. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), contrário à cota, anunciou que recorrerá da decisão ao Plenário.

O projeto (PLS 188/07) havia sido aprovado pela CE no fim de novembro, na forma de substitutivo da relatora e voltou à pauta da comissão para exame de emendas apresentadas por Inácio Arruda e João Pedro (PT-AM). As sugestões dos dois parlamentares, contrárias à adoção de cotas para meia-entrada, foram rejeitadas na reunião.

A discussão da matéria mobilizou um grande número de artistas e produtores culturais, favoráveis à cota, que lotaram o plenário da CE. Para eles, as re-

gras atuais inviabilizam muitos espetáculos, devido ao grande número de ingressos vendidos pelo valor de meia-entrada. Já os estudantes que acompanharam a votação, ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), consideram que os problemas decorrem da falsificação de carteiras estudantis. Contrários à cota, pedem mudanças nas normas de emissão de carteiras e medidas de fiscalização e de punição aos fraudadores.

Redução no preço

Marisa Serrano disse acreditar que a adoção de limite à meia-entrada resultará na redução do valor dos ingressos. A senadora destacou compromisso nesse sentido assumido pelas empresas do setor. Os entendimentos para a elaboração do substitutivo, mantidos com órgãos do governo e com entidades de artistas e de estudantes, foram lembrados pela relatora.

– Fizemos o que foi possível para adequar o texto à realidade nacional – frisou.

Com as emendas propostas pela relatora, as carteiras estudantis passarão a ser confeccio-

nadas pela Casa da Moeda do Brasil e poderão ser expedidas pela UNE, pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas, pelos diretórios centrais dos estudantes e pelas uniões estaduais de estudantes. As mudanças sugeridas por Marisa Serrano foram aprovadas pelos senadores Eduardo Azevedo (PSDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR), autores do projeto.

Ao criticar a fixação do limite à meia-entrada, Inácio Arruda declarou: "Ao invés de cuidarmos de combater as falsificações, estamos restringindo um direito dos estudantes".

Já o presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), considerou o limite a 40% dos ingressos uma medida necessária para a viabilização financeira dos espetáculos artísticos no Brasil.

– O substitutivo é um avanço e reflete consensos sobre vários aspectos, sendo que a UNE deixou claro que é contra a cota de 40% para meia-entrada – disse Cristovam, para quem o projeto fortalece os estudantes, por transferir para suas organizações a emissão das carteiras.

Artistas comemoram a decisão; alunos criticam

Atores, cantores e produtores culturais comemoraram a aprovação, pela Comissão de Educação, da proposta que limita a venda de meia-entrada a 40% dos ingressos de cinemas, teatros, circo e demais espetáculos, bem como de eventos esportivos. Para eles, a medida contribuirá para a redução do preço dos ingressos. Já os estudantes, liderados pela União Nacional de Estudantes, discordam da decisão e prometem continuar a campanha contra a cota.

Na opinião do ator e produtor Odilon Wagner, presidente da Associação dos Produtores Teatrais Independentes de São Paulo, a obrigação de oferta ilimitada de meia-entrada, praticada atualmente, é uma arbitrariedade que compromete a viabilidade do setor.

– Nenhum outro setor é obrigado a conceder o benefício da meia-entrada sem o ressarcimento do Estado. O governo deve investir em políticas públicas e dar acessibilidade a estudantes e idosos, só que não

pode obrigar a atividade privada a bancar isso – afirmou.

Ao informar que o setor cultural emprega mais que a indústria automobilística, Wagner enfatizou que espetáculos artísticos são atividades econômicas.

Wagner disse acreditar que, com a cota, os preços devem ser reduzidos em até 30%. Segundo o ator, os preços mais baixos em cinema, por exemplo, são praticados nas cidades que já adotaram a cota para meia-entrada, como Porto Alegre e Belo Horizonte. Opinião semelhante é a de Alessandro Queiroga, conselheiro da Associação Brasileira de Promotores de Eventos. Para ele, os produtores, sabendo que devem destinar 40% dos ingressos a meia-entrada, poderão organizar melhor suas planilhas e definir preços mais justos.

Já a diretora de Relações Institucionais da UNE, Márvia

Scardua, considera que a cota limita um direito conquistado pelos estudantes ainda na década de 1940. Conforme observou, a redução de venda de meia-entrada ocorrerá com o combate à falsificação de carteiras estudantis.

Márvia apontou como avanços no substitutivo apresentado por Marisa Serrano a padronização nacional da carteira estudantil e a decisão de atribuir às organizações dos estudantes a responsabilidade pela emissão.

– Isso vai impedir as falsificações e a prática de entidades cartoriais, que só querem ganhar dinheiro com a emissão de carteiras. A medida vai garantir que só os estudantes tenham direito à identificação estudantil – frisou, ao afirmar que hoje é possível a qualquer pessoa comprar um documento de identificação estudantil.

Diretora da UNE afirma que medida fere um direito conquistado pelos estudantes na década de 1940

J. Freitas

Gerardo Magela

Gerardo Magela